



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680963 - SP (2021/0223686-4)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : LIDIANE APARECIDA DUVEZA DE BRITO
ADVOGADO : LIDIANE APARECIDA DUVEZA DE BRITO - SP437950
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLA DAIANA MARQUES DE ANDRADE (PRESO)
PACIENTE : ADRIANO VOLNEI MARCELINO DE ANDRADE (PRESO)
CORRÉU : REGINALDO MANOEL DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLA DAIANA MARQUES DE ANDRADE e ADRIANO VOLNEI MARCELINO DE ANDRADE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2035628-84.2021.8.26.0000).

A paciente Carla Daiana foi condenada à pena privativa de liberdade de 6 anos, pelo delito de associação ao tráfico de drogas, em regime inicial fechado.

De sua vez, o paciente Adriano foi condenado à pena privativa de liberdade de 25 anos, pelos delitos de tráfico de drogas e associação, em regime inicial fechado.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, aduzindo que impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, cujo pedido liminar foi indeferido e, após transcorridos mais de 5 meses, ainda não houve julgamento do mérito.

Defende a ausência de fundamentação apta a justificar a manutenção da segregação cautelar imposta aos pacientes, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que os pacientes possuem três filhos menores (8, 11 e 15 anos de idade), os quais dependem de seus cuidados.

Ressalta que os pacientes são primários, têm residência fixa e ocupação lícita, passando a discorrer acerca da Recomendação CNJ 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão dos pacientes. Alternativamente, pede que seja deferida a liberdade

provisória, com fundamento no art. 310, III, do CPP; ou a prisão domiciliar; ou, ainda, que seja fixada alguma medida cautelar diversa da prisão, prevista no 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Ao que se depreende dos autos, sobretudo do ato apontado como coator, consistente na decisão de fls. 136-139, não figura como paciente no *writ* originário a pessoa de ADRIANO VOLNEI MARCELINO DE ANDRADE.

Aliado a tal realidade, restou consignado na referida decisão que, "com relação ao pedido de soltura da paciente, considerando-se que é mãe de uma menor, não há qualquer notícia das razões de eventual indeferimento do juízo acerca dos pedidos formulados nesta Instância, o que inviabiliza a análise do pleito, pena de indevida supressão de grau" (fl. 136).

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente